



## A extrema direita no comando do governo federal - elementos protofascistas

8 a 11

### Previdência

Contribuição de servidores pode  
chegar a 22% 3

### Educação Pública

Ataques serão intensificados  
em 2019 5 e 6

### Escola sem mordaza

Entidades relançam frente  
nacional 12 e 13

# Um ano de **resistência e muitas lutas** se anuncia

**O** ano de 2018 se encerra com uma importante derrota para a classe trabalhadora no Brasil. Em mais um ano eleitoral, os/as trabalhadores/as, a partir de suas entidades e organizações, não foram capazes de construir um projeto alternativo que de fato defendesse, de forma intransigente, os seus direitos. O pleito eleitoral deu, nas urnas, a vitória à extrema direita, não apenas para o comando geral do país, mas também na composição da maior parte do legislativo (federal e estaduais), com o crescimento da bancada BBB (boi, bala e bíblia).

Mesmo antes de tomar posse, tanto o presidente eleito Jair Bolsonaro, como alguns/algumas governadores/as e deputados/as, já anunciaram a linha de atuação, baseada na repressão, no domínio do Estado por alguns preceitos religiosos e a responsabilização das políticas públicas e do funcionalismo público pela corrupção e sobrecarga financeira do Estado. Sabemos, desde muito tempo, que essas são “desculpas” da extrema direita para promover uma profunda contrarreforma do Estado, intensificando as privatizações, vendendo o bem público a serviço do capital e

transformando direitos em mercadorias. A isso, no caso brasileiro, agrega-se uma forte tendência conservadora, de cariz profascista, que se expressa nos projetos escola sem partido, na perseguição de militantes de direitos humanos, na criminalização de movimentos sociais e ativistas políticos, no assassinato de homens e mulheres que lutam pela vida digna para todos/as, em suma, na militarização da vida e das relações sociais.

---

Mesmo antes de tomar posse, tanto o presidente eleito Jair Bolsonaro, como alguns/algumas governadores/as e deputados/as, já anunciaram a linha de atuação, baseada na repressão, no domínio do Estado por alguns preceitos religiosos e a responsabilização das políticas públicas e do funcionalismo público pela corrupção e sobrecarga financeira do Estado.

---

Sabemos que no governo que se avizinha, como já amplamente divulgado, o funcionalismo público e as Universidades, os Institutos Federais e os CEFET, vão estar no centro da tentativa de desmonte e pri-

vatização. Por isso, nesse momento especial de nossa história, em que o projeto de extrema direita chega ao poder pelo voto popular, nossos desafios são ainda maiores. Nossa tarefa central, em ampla articulação com outras categorias do funcionalismo público, movimentos sociais e populares, estudantil e sindical, para o próximo período, deverá ser o de aglutinar forças para resistir ao conservadorismo, à privatização, à cobrança de mensalidade na educação pública, aos projetos escola sem partido, à criminalização dos que lutam. Ao mesmo tempo, buscar formas de nos fortalecer enquanto categoria essencial para construção do pensamento crítico, preservando nossas instituições de ensino e defendendo nossa entidade.

Todos/as os/as professores/as são conclamados a intensificar a organização e a mobilização na defesa da vida, da educação, da saúde e da previdência pública e lutar pelas liberdades democráticas e pela revogação de todas as contrarreformas que retiraram direitos dos/as trabalhadores/as.

**Lutar, ousar, resistir! Resistir para Existir! Resistir para avançar na construção do poder popular!**



ANDES-SN participa do Relançamento da Frente Escola sem Mordaça, em 5 de dezembro

## EXPEDIENTE

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // e-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor responsável: Cláudio Mendonça

Redação: Renata Maffezoli MTb 37322 // Bruna Yunes DrT-DF 9045 // Mathias Rodrigues MTb 10126

Editor-chefe: Carlos Eduardo Batista MTb 54262/SP // Fotos: Imprensa ANDES-SN // Diagramação: Renata Fernandes Drt-DF 13743



# Previdência: Contribuição de servidores pode chegar a 22%

Dois dias depois da eleição, Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que sua prioridade era aprovar a Reforma da Previdência de Michel Temer. E ainda colocou 2018 como prazo. No entanto, nas últimas semanas, a avaliação do presidente eleito e de vários de seus correligionários é de que a reforma, nos moldes que pretendem, deve ficar para o próximo ano.

Entre as várias propostas já apresentadas pela equipe de transição de Bolsonaro e por agentes do mercado financeiro, como Armínio Fraga, está a elevação da alíquota de contribuição dos servidores públicos de 11% para até 22%.

Osmar Gomes de Alencar Junior, 1º vice-presidente da Regional Nordeste I do ANDES-SN e um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional, critica a proposta. “Além dos 11% que o funcionalismo público paga, ele propõe que os servidores paguem uma contribuição complementar que pode chegar a 22%. Tudo que é feito nacionalmente é copiado pelos estados. Os estados são chantageados por conta de suas dívidas e, certamente, na negociação com o governo federal, isso será imposto”, comenta Osmar. Em vários estados tem havido aumento da alíquota de contribuição.

**“Na capitalização individual quem faz o gerenciamento são grandes fundos privados, que têm como objetivo a lucratividade. Quem gere os fundos busca altas taxas de lucros, e isso significa tomar muitos riscos no investimento desse dinheiro. Em caso de má gestão, há a possibilidade de não haver o dinheiro da aposentadoria”**

## Modelo chileno

A proposta de Armínio Fraga, apresentada a Bolsonaro no dia da votação do segundo turno, mantém a elevação do percentual de contribuição. A coluna vertebral do projeto é o fim do sistema de previdência universal e por repartição, substituindo-o em médio prazo por

um sistema de capitalizações individuais. Inspirado no modelo chileno, propõe que novos entrantes, nascidos a partir de 01 de janeiro de 2014, já entrem obrigatoriamente no regime de capitalização, que conviverá com o de repartição. A camada de capitalização será criada progressivamente até 2040 e equivalerá a 70% do teto do Regime Geral de Previdência Social. O modelo chileno é duramente criticado e está sendo revisto em razão dos baixíssimos valores pagos.

**O projeto defende o fim do sistema de previdência universal e por repartição, substituindo-o por um sistema de capitalizações individuais, como é no Chile**

“O projeto rebaixa mais ainda os benefícios previdenciários, principalmente para os mais pobres. Visa dificultar o acesso dos idosos ao direito de aposentadoria, e também dificultar o acesso de famílias mais vulneráveis aos benefícios previdenciários”, afirma o diretor do ANDES-SN.

Para o coordenador do GTSSA, a criação de um regime de capitalização individual é extremamente perigosa para os trabalhadores. “Na capitalização individual, quem faz o gerenciamento são grandes fundos privados, que têm como objetivo a lucratividade. Quem gere os fundos busca altas taxas de lucros, e isso significa tomar muitos riscos no investimento desse dinheiro. Em caso de má gestão, há a possibilidade de não haver o dinheiro da aposentadoria”, comenta Osmar.

## Outros ataques

A proposta de reforma de Fraga também prevê o aumento da idade mínima de aposentadoria para 65 anos, tanto para homens quanto para mulheres. O prazo de transição para professores seria de 15 anos; para funcionários públicos e trabalhadores rurais, de dez anos; e homens e mulheres, por tempo de contribuição, de 12 anos. As exceções são policiais civis e agentes penitenciários, com idade mínima inicial de 55 anos passando a 60 em dez anos.



**No Chile**

**R\$ 694,08 ou  
149 mil pesos**

*Esse é o valor recebido mensalmente por mais de 90% dos aposentados chilenos*

**O salário mínimo é de  
264 mil pesos, aproximadamente  
R\$ 1226,20**

Além disso, Fraga propõe a unificação dos Regimes Geral e Próprio de Previdência e a criação de um novo Regime Próprio, exclusivo às Forças Armadas. Também prevê o fim do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ele seria substituído por uma Renda Básica que valeria 70% do salário mínimo. No texto, Armínio Fraga sugere acabar com a vinculação dos benefícios previdenciários ao reajuste do salário mínimo, o que impossibilitaria qualquer aumento real.

“Outro ataque aos trabalhadores de menor poder aquisitivo é acabar com a relação entre os benefícios previdenciários e o salário mínimo. A partir dessa reforma, além de diminuir os benefícios, eles não serão corrigidos pelo salário mínimo e sim pela inflação. Não vai ter mais aumento real dos benefícios previdenciários, e a renda dos mais vulneráveis não vai aumentar”, avalia Osmar.

# Educação Pública: a primeira a ser atacada

**N**ão é de agora que a Educação Pública está sob ataque. O estrangulamento do orçamento e a restrição à liberdade de cátedra são algumas das ameaças em curso. Desde que foi eleito, Bolsonaro e sua equipe de transição já ventilaram uma série de medidas de desmonte da educação pública. Além disso, vêm incitando ataques à liberdade de cátedra e expressão dos docentes.

Entre as ameaças estão a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, a ampliação da inserção da iniciativa privada nas instituições federais, a transferência do ensino superior para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a indicação de interventores como reitores para as IFE - modificando ou desrespeitando a lista tríplice apresentada pelos Conselhos - e o fim das cotas raciais. Além disso, a implantação do ensino à distância para a educação fundamental, a emissão de vouchers para utilização em escolas privadas também aparecem como propostas do novo governo. Somado a esses ataques, o projeto Escola sem Partido retornou à pauta, com grande empenho da bancada conservadora em aprová-lo ainda este ano.

“A nossa vida nunca foi fácil. Mas temos que ter uma compreensão para além da análise da eleição. Todos esses projetos são frutos da tentativa do Capital internacional e nacional de garantir o seu processo de acumulação de lucro e de riqueza. Todas essas ações têm, em última instância, a intenção de transformar esses direitos sociais em serviços, que serão geridos pela iniciativa privada, que vai lucrar com eles”, explica Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

“Pensar nestes termos é importante

porque direitos como Saúde e Educação passam a ser serviços prestados pelo Estado, ou pela iniciativa privada, sob supervisão do Estado. Neste caso, perderiam o caráter de direitos que devem ser garantidos a toda população”, acrescenta.

## Financiamento das IFE

O presidente do Sindicato Nacional afirma que, no que tange ao financiamento, o governo Temer e o Congresso intensificaram a crise do financiamento com a aprovação da Emenda Constitucional 95. “Tínhamos como previsão constitucional a destinação de 18% do Orçamento da União, e 25% dos estados e municípios. Com a EC 95, se perde esse parâmetro, que passa a ser o orçamento de 2017 mais a inflação do período. Num país que está em recessão, e com inflação baixa, conseqüentemente o reajuste em relação ao orçamento de 2017 será muito pequeno”, detalha.

O enxugamento no orçamento reforça o discurso da equipe do presidente eleito de que as universidades federais precisam captar recursos para se manter. Para isso, precisarão submeter todas as práticas de ensino, pesquisa e extensão às leis do mercado. “Isso vai de encontro aos interesses da sociedade”, ressalta Gonçalves.

O orçamento também é utilizado nas propostas do governo eleito para colocar o ensino superior em oposição ao ensino fundamental. A equipe de transição sugere que o ensino superior, por ser mais caro - ignorando que este contempla além do ensino, a pesquisa e a extensão -, estaria sugando recursos do ensino fundamental.

“Isso é perverso, porque o que suga recursos da educação pública é a dívida pública, que remunera o capital através de juros e rolagens. Ou seja, o sistema da dívida

absorve imensamente mais recursos do orçamento do que o ensino superior”, denuncia o presidente do ANDES-SN.

Na mesma tônica de discurso de autofinanciamento das universidades públicas, surge a proposta de cobrança de mensalidade. Tal medida, na avaliação de Antonio, visa novamente tornar a educação um serviço prestado e não um direito a ser garantido para toda a sociedade. Além disso é inconstitucional. “Vai se criar segregação dos que pagam e dos que não pagam. É muito mais eficiente fazer uma reforma tributária com uma carga tributária progressiva, em que os ricos paguem mais impostos, do que fazer apenas a cobrança de mensalidade nas universidades, o que vai dificultar ainda mais o acesso à classe trabalhadora”, argumenta.

Outra ameaça vista como grande retrocesso pelo docente é a do fim, ou mesmo da diminuição, da oferta de vagas por cotas raciais. “Sabemos que temos que ter políticas de reparação histórica com a população negra e indígena. Algumas escolas já avançaram para as cotas sociais, para além das raciais. Essas cotas são importantes pelo conceito da equidade. Num país continental como o nosso, temos que tratar os diferentes de maneira diferente. Não dá para trabalhar com conceito de meritocracia em uma sociedade com profundas desigualdades sociais”, explica.

Além disso, avançando na autonomia das universidades, a equipe de Bolsonaro já sinaliza que irá intervir na escolha dos dirigentes das IFE, indicando os reitores. Tal medida é considerada pelo presidente do ANDES-SN uma intervenção nas universidades. “Ele não só fala que



## Universidades invadidas

Dias antes do segundo turno, diversas universidades sofreram ações abusivas e autoritárias de agentes policiais e da Justiça Eleitoral. Panfletos e computadores da seção sindical do ANDES-SN na Universidade Federal de Campina Grande foram apreendidos sob a alegação de constituírem materiais de campanha.

Tais medidas foram repudiadas, inclusive, pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, em audiência que avaliou a legalidade das ações. Os magistrados se manifestaram, por unanimidade, em defesa da autonomia universitária e da liberdade de cátedra.





não vai respeitar a lista tríplice, como anuncia ainda a possibilidade de nem ter lista tríplice. De transformar os cargos de dirigentes das Instituições de Ensino Superior em cargos de confiança, que pode se constituir em uma nova forma de intervenção”, complementa.

### Voucher e EAD

Antonio também vê com grande preocupação a proposta de oferecer vouchers aos estudantes do ensino fundamental para que busquem vaga em instituições privadas. “43% das escolas públicas atingiram as metas estabelecidas pelo MEC enquanto apenas 23% da iniciativa privada atingiram essas metas. Isso demonstra que, embora a iniciativa privada tenha boas escolas, também tem muitas escolas ruins. Temos quase certeza que são essas escolas precarizadas, que vão servir de cenário para esses vouchers que o governo promete distribuir”, explica.

Ele lembra que nos países que têm a experiência do voucher, as famílias têm que complementar o valor da mensalidade para garantir a vaga do estudante, o que provavelmente também acontecerá no Brasil.

Outro aspecto do projeto de governo de Bolsonaro é a ampliação das escolas militares. O Supremo Tribunal Federal (STF) já liberou cobrança de mensalidade em escolas militares. Atualmente, são 13

unidades, sendo 11 em capitais e duas no interior. O futuro governo já anunciou a intenção de ter ao menos uma escola militar por capital. “Essas escolas estão completamente fora do contexto da educação pública que defendemos”, ressalta Antonio.

### Criminalização da luta e reação

Desde que assumiu, Bolsonaro também anunciou que iria acabar com todo ativismo, numa tentativa clara de intimidar a luta e criminalizar os movimentos sociais e sindicais. Já tramita no Congresso um projeto de lei que busca enquadrar organizações como o MST e o MTST, entre outras, na Lei Antiterrorismo, aprovada ainda no governo Dilma.

“Isso é fazer o ataque e amordaçar quem luta. Esse amordaçamento já se expressa nos diferentes locais de trabalho com o constrangimento a professores, gravação de aulas, por exemplo. O sindicato tem feito ações muito fortes no combate a esse tipo de assédio, orientando os professores a procurar a assessoria jurídica das seções sindicais, de modo a se resguardar juridicamente, a tomarem medidas de segurança, porque existem várias ameaças que vêm a partir de ideias protofascistas, que se expressam muito claramente em nossa sociedade”, comenta o presidente do ANDES-SN.

O Sindicato Nacional tem organizado a reação em diferentes espaços. Além de participar, enquanto entidade nacional e através das suas seções sindicais nos esta-

dos, de frentes em defesa da democracia e antifascistas, encaminhou orientações aos docentes como se resguardar em casos de ameaças e intimidações. Está articulando, junto com outras entidades da educação uma agenda de luta em defesa da universidade pública e da liberdade de cátedra. Entre outras ações, realizou o Seminário Interno de Reorganização da Classe Trabalhadora, que teve como objetivo preparar a categoria para os enfrentamentos do próximo período.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), que assessora o Ministério da Educação, aprovou em 8 de novembro, mudanças no funcionamento do ensino médio. O órgão decidiu que 20% da carga horária nessa etapa poderá ser oferecida à distância. No caso dos cursos noturnos, a porcentagem chega a 30%. Também houve alteração em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), que poderá ter 80% da carga horária cumprida fora da escola. As novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio resultam da Reforma do Ensino Médio promovida pelo governo Temer e passam a valer após serem homologadas pelo ministro da Educação.



# Congresso Nacional terá maior **bancada conservadora** dos últimos 30 anos



Considerado o maior índice de “renovação” do Congresso Nacional, desde 1990, a próxima legislatura contará com 269 novos deputados federais e 54 novos senadores. A “renovação” no Senado, em relação às vagas em disputa, foi de 85%. Das 81 cadeiras que estavam em disputa, 54 serão ocupadas por novas figuras políticas. O número de mulheres eleitas se manteve igual, se comparado às eleições de 2014.

Já na Câmara Federal, das 513 vagas, 269 serão ocupadas por deputados que cumprirão seu primeiro mandato, representando 52% da bancada. 141 estreantes se elegeram em função da relação de parentesco com políticos tradicionais, lideranças evangélicas, policiais “linha dura” ou celebridades, sendo 15 pastores evangélicos, 2 cantores gospel e 13 policiais militares. A bancada evangélica na Câmara contará com 84 deputados.

Antonio Augusto de Queiroz, assessor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), explica que, mesmo com uma das maiores renovações das últimas eleições e com grande diversidade - considerando o número de negros, de mulheres, de jovens, de parlamentares em primeiro mandato, um maior grau de escolaridade - essa será uma das bancadas mais conservadoras dos últimos 30 anos.

E a justificativa para tanto está relacionada à origem dos novos parlamentares e pela pauta voltada para o desmonte do

Estado e dos direitos da população brasileira. Além disso, a atuação dos novos parlamentares estará pautada pela agenda moral, baseada em costumes e valores conservadores, que alavancou boa parte das campanhas vitoriosas.

“Os efetivamente novos, 142 na Câmara e nove no Senado, são majoritariamente oriundos, como já dito, de famílias tradicionais, de liderança evangélicas, de celebridades e de policiais ‘linha dura’”, acrescentou Queiroz.

O assessor afirma que serão grandes os desafios que as entidades sindicais e os movimentos sociais enfrentarão com o novo Congresso. “O primeiro deles será a luta pela revogação da Emenda Constitucional (EC 95), que congela o gasto público, em termos reais, cuja consequência é impedir não apenas a expansão, mas a própria manutenção do atual gasto público, especialmente com pessoal”, elencou.

A segunda, de acordo com Queiroz, será atuar junto a um Congresso, que pode ser classificado como conservador, em relação aos costumes; liberal, do ponto de vista econômico; fiscalista, do ponto de vista de gestão; atrasado, em relação aos direitos humanos; e temerário, em relação ao meio ambiente.

O terceiro desafio, acrescenta o especialista do Diap, se dará em relação à pauta já defendida pelo governo eleito durante a campanha. O desmonte do Estado e dos

direitos, inclusive com a venda de ativos, a redução da prestação de serviços e o corte de direitos. Essas são políticas que deverão estar presentes em muitas das propostas que serão votadas no próximo período.

“A quarta é pauta específica da educação, que vai desde a Escola sem Partido, passando pelas diretrizes de substituições de reitores de perfil ideológico à esquerda do espectro político até o esvaziamento do ensino superior. Isso vai exigir muita mobilização e pressão dos trabalhadores”, completou.

Para Queiroz, as entidades terão que atuar de forma intensa, cobrando coerência entre discurso e prática, já que a maioria dos parlamentares prometeu melhorar os serviços públicos para se eleger. Além disso, precisarão apresentar argumentos consistentes, tanto no caso de ação reativa, ou seja, oposição a determinadas matérias em tramitação, quanto em relação aos pleitos e reivindicações.

“Com a nova realidade, em que os setores de mercado disputam a narrativa com as forças progressistas, não basta mais ser contra. É preciso apresentar alternativas e fundamentá-las. Por fim, deve-se fazer uso frequente de mobilizações no Congresso, além de potencializar o emprego das redes para denunciar eventuais posturas contrárias aos serviços públicos, aos direitos dos servidores públicos e dos trabalhadores do setor privado”, conclui.



# PERFIL DO NOVO PARLAMENTO BRASILEIRO

## SENADO

**81 VAGAS**

**54** senadores cumprirão seu **PRIMEIRO MANDATO**

REPRESENTANDO **85%** DE RENOVAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS VAGAS EM DISPUTA.



**20** VÃO EXERCER MANDATO NO CONGRESSO NACIONAL PELA 1ª VEZ



**9** NUNCA OCUPARAM CARGOS PÚBLICOS, NEM ELEITOS NEM NOMEADOS PARA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

**56** ANOS É A MÉDIA DE IDADE NO SENADO FEDERAL

**32** TENTARAM A REELEIÇÃO **8** CONSEGUIRAM ALCANÇAR A VITÓRIA NAS URNAS

**74%** SE DECLARARAM BRANCOS

## CÂMARA

**513 VAGAS**

**269** deputados cumprirão seu **PRIMEIRO MANDATO**

DESSE TOTAL, **141** ESTREANTES TEM PARENTESCO COM POLÍTICOS TRADICIONAIS, LIDERANÇAS EVANGÉLICAS, POLICIAIS "LINHA DURA" OU CELEBRIDADES.

**15** PASTORES EVANGÉLICOS  
**2** CANTORES GOSPEL  
**13** POLICIAIS MILITARES  
**84** DEPUTADOS DA BANCADA EVANGÉLICA



**75%** SE DECLARARAM BRANCOS



Benito Mussolini em um discurso em Milão, em 1930

## A extrema direita no comando do governo federal - elementos protofascistas

**E**m 29 de outubro, os brasileiros foram às urnas e elegeram Jair Bolsonaro (PSL) para a presidência da República. Candidato ultradireitista, o capitão reformado do Exército teve quase 58 milhões de votos – cerca de 10 milhões a mais que o derrotado Fernando Haddad (PT). Parte do eleitorado de Bolsonaro demonstrou afinidade com práticas políticas e discursos fascistas, muitas vezes incitados pelo próprio presidente eleito.

Antes mesmo da eleição, inflamados pelos resultados do primeiro turno, uma parte dos verde-e-amarelos já demonstrava seu ódio aos diferentes e divergentes, atacando e matando apoiadores do candidato petista e também negros, mulheres e LGBTs. A eleição de Bolsonaro e de vários de seus correligionários tem feito com que movimentos sociais, entidades sindicais e estudiosos se debrucem sobre as causas e consequências do crescimento da extrema

direita e do fascismo no Brasil e no mundo. Afinal, quem chocou o ovo da serpente?

### O fascismo de 1930

Valério Arcary, docente aposentado de História do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), explica que o fascismo é uma corrente política que, embora seja nomeada por seu conceito italiano, vem do latim “fascio”, que é um conjunto de gravetos.

Individualmente, os gravetos são frágeis, podem quebrar, mas quando unidos e encaixados são fortes. O símbolo do “fascio” remete ao Império Romano e foi recuperado do esquecimento por Benito Mussolini (1883-1945) para denominar sua corrente política.

“Usamos o nome italiano, mas é um fenômeno político que existiu em escala mundial, a partir da Primeira Guerra, especialmente depois da crise de 1929. O fascismo alemão ficou conhecido como nazismo, que deriva da sigla do Partido

Nacional Socialista de Hitler. É uma corrente política muito semelhante ao que foi o franquismo na Espanha, cujo nome deriva do general Franco, que encabeçou a rebelião militar contra o governo eleito da Frente Popular. E semelhante ao salazarismo português, que remete a Antônio Salazar”, explica Valério.

De acordo com o professor, o salazarismo era muito religioso, o franquismo manteve formas monárquicas, assim como Mussolini. Já o nazismo alemão era baseado no antissemitismo. Apesar das diferenças, nesses quatro países, foi o fascismo que chegou ao poder.

“Naquele momento histórico, essa corrente política cresceu como resposta de uma fração minoritária da classe dominante à Revolução de Outubro, ao perigo de novas revoluções sociais anticapitalistas. O fascismo era a contrarrevolução porque seu objetivo era impedir que a auto-organização dos trabalhadores, aliados à





ANTÔNIO CRUZ / AGENCIA BRASIL

maioria do povo, fosse capaz de desafiar a ordem capitalista, como ocorrera na Rússia”, explica Valério.

Demian Melo, docente de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), lembra que o Brasil já teve movimentos fascistas, como o integralismo na década de 1930. “No Brasil, na década de 30 foi criado o movimento integralista, que foi o primeiro movimento fascista brasileiro. O movimento integralista vai ser importante, naquele momento, como linha auxiliar da repressão à esquerda pelo governo Vargas. Muitos membros da ação integralista brasileira serão ligados ao aparelho do Estado, principalmente na área da segurança pública e no judiciário. Eles vão se utilizar de violência extralegal para atacar a esquerda. Depois que Vargas dá o golpe do Estado Novo, em pouco tempo, ele se livra desses integralistas. Eles foram funcionais para ajudar a reprimir a esquerda, mas depois o próprio Vargas se livrou deles”, conta.

### Diferenças e semelhanças históricas

E quais são as diferenças do crescimento do movimento fascista no século XXI para o movimento fascista do período entre

guerras do século passado? Para Tatiana Poggi, docente de História da UFF e autora do livro “Fases do Extremo: O Neofascismo nos EUA 1970-2010”, há elementos em comum e elementos divergentes.

“Há elementos em comum entre o fascismo brasileiro de hoje e o nazifascismo europeu do século passado. Há um cenário de crise, como no passado. O cenário tinha

dimensões que também aparecem hoje, como a crise econômica, a crise política, a crise de legitimidade das instituições. A adesão à solução de força é por não acreditar mais nos meios republicanos de resolução de conflitos, ou seja, não acreditar mais na negociação”, avalia.

“Outro elemento em que há convergência é a construção de bodes expiatórios.



ADRIUS SIMI / IT MARCO



Mudam os grupos sociais, mas a aposta nesse tipo de estratégia é um traço tipicamente fascista. O bode expiatório é culpado por toda a crise. A forma de se lidar com o bode expiatório é a [sua] exclusão do cenário social. Foi feito nos anos 30 e está sendo feito de novo hoje. É um projeto eliminacionista quanto aos divergentes e aos diferentes, e é por isso mesmo que o caracterizo como fascista e não como conservador”, completa a docente de História da UFF.

Tatiana lembra, porém, que apesar de defender uma economia baseada no livre mercado, Jair Bolsonaro abdica de diversos preceitos liberais, como a democracia, a liberdade de expressão, as instituições republicanas, o direito à vida, o direito à dignidade humana. O dúbio e errático programa econômico apresentado pelo presidente eleito talvez seja uma das principais diferenças entre o fascismo europeu dos anos 1930 e o momento histórico atual.

Essa opinião é compartilhada pelo professor de Economia da Universidade Federal do Alagoas (Ufal) José Menezes. “Essa é uma grande contradição, porque por trás dessas bandeiras nacionalistas há uma confusão entre a defesa da nação e um discurso liberal. É com isso que ele se legitima perante o setor industrial brasileiro. Bolsonaro tem uma política dúbio. Quando ele diz que defende o “Brasil

acima de tudo” na verdade ele defende “as empresas e o capital estrangeiro acima de tudo”. O modelo fascista antigo defendia as empresas nacionais, fechava toda a economia, criava cartéis para proteger suas empresas, e Bolsonaro defende o contrário”, avalia.

Se por um lado, as diferenças nas questões econômicas e nacionalistas são contundentes, por outro, é no discurso do capitão reformado que as características fascistas ganham relevo e força. Demian Melo atribui ao discurso de Bolsonaro características fascistóides. “A característica do fascismo está presente em vários agrupamentos de extrema direita hoje no Brasil. Principalmente o que se valem da violência política para perseguir não só a esquerda, mas também os grupos sociais que eles identificam como degenerados. Ou seja, gays, feministas, a população negra, os povos indígenas. Isso tudo é parte de uma prática fascistóide. O discurso de ódio, o discurso que pretende eliminar o adversário político, é o discurso do Bolsonaro. Isso ficou evidente no ato na avenida Paulista quando ele disse “ou vai para a cadeia ou vai pro exílio”. Isso é tipicamente um discurso fascista. O neofascismo hoje se difunde através desse discurso de ódio, que estimula esse tipo de ação violenta, como essas que tem se repetido infelizmente no Brasil, principalmente desde o primeiro turno do processo

eleitoral”, avalia.

## A crise de 2008

A crise do capitalismo, exacerbada após a crise econômica de 2008, é apontada pelos estudiosos do fascismo como um dos principais fatores do crescimento da extrema direita no Brasil e no mundo. Docente de História da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Milton Pinheiro afirma que a crise causou uma ausência de perspectiva para a burguesia e, ao mesmo tempo, parte da classe trabalhadora começou a considerar eleitoralmente viável a extrema direita.

“O quadro de crise econômica e social, colocado em cena pela incapacidade do capital em revalorizar sua taxas de extração de mais-valia, criou uma ausência de perspectiva para as classes populares e a baixa classe média na periferia do sistema, mas, também, com forte presença nos países mais desenvolvidos. O conjunto da classe trabalhadora, em um momento de crise ideológica, não tem desvelado a cena política e tem considerado eleitoralmente viável as saídas apresentadas pela extrema direita. Temos o retorno da xenofobia, do racismo, dos ataques aos que tem orientação sexual diversa, um preconceito de classe enorme contra os pobres. É o cenário do ovo da serpente que foi construído pelo fascismo cotidiano. Esse ambiente político germinou os horrores que esta-



Semanas antes das eleições, mulheres organizaram protestos tendo como palavra de ordem "Ele Não", houve manifestações em diferentes cidades do país.





Antonio Cruz / Agência Brasil

mos vendo nesse momento: ataques aos imigrantes, guerras imperialistas, políticas de estado de caráter racistas e a falta de perspectiva que alimenta a distopia”, comenta o docente.

Para Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, o fomento de discursos fascistas é uma das formas do Capital de esconder seus crimes financeiros. “A crise de 2008 foi provocada pelo setor financeiro e acabou servindo para beneficiá-lo de forma escandalosa, à custa de imensos sacrifícios econômicos e sociais, reforçando o poderio conservador que mais uma vez testou e comprovou o seu poder de submeter países e povos aos seus interesses. Uma das formas de esconder seus crimes e fomentar a impressionante cegueira em relação à responsabilidade do setor financeiro é justamente fomentar os discursos fascistas e xenofóbicos, colocando a culpa nos “esquerdistas”, “socialistas”, “comunistas”, “imigrantes” etc., desviando o foco dos verdadeiros autores dos problemas enfrentados pela sociedade atual”, afirma.

### Classe média ressentida

“O movimento de crescimento da extrema direita responde, em escala internacional, à estagnação econômica. O ciclo econômico continuou operando, mas a recuperação econômica que veio foi muito lenta e a capacidade produtiva não foi recuperada para os patamares anteriores à crise, à exceção dos EUA. Responde ao dismantelamento do estado

de bem-estar social, à destruição dos direitos sociais conquistados pela geração pós-guerra”, diz Valério Arcary, docente aposentado do IFSP.

Para ele, o caso brasileiro tem peculiaridades, entre elas um grande ressentimento da classe média. “A classe média que, durante o crescimento econômico de 2004-2014 se endividou para comprar casa própria, não consegue pagar as parcelas. Ou não consegue pagar o condomínio, o plano de saúde, a escola privada, os remédios, a empregada doméstica, etc.”, cita. “A classe média arruinada, pressionada pelo desemprego e pela inflação, ficou ressentida. Viu diminuir a diferença que a elevava acima da massa dos trabalhadores e dos pobres em geral, ao mesmo tempo em que via seu padrão de vida se distanciar do padrão dos realmente ricos”, completa.

Segundo o professor de Sociologia do Trabalho da Universidade de São Paulo (USP), Ruy Braga, com a devastação do mercado de trabalho formal, dos direitos trabalhistas e a generalização do subemprego, após a reforma trabalhista, uma parcela grande da classe trabalhadora se viu em situação de desespero. Isso levou uma grande massa a buscar soluções alternativas à disputa dos partidos tradicionais (PT e PSDB), e deixar-se seduzir pelo projeto autoritarista apresentado por Bolsonaro.

Braga acrescenta que, além de uma concentração muito grande da força de trabalho em atividades informais, em

condições realmente precárias, houve um avanço muito agudo do tipo de trabalho que se faz na informalidade, principalmente, na rua. “Essa massa que antes estava empregada em escritórios ou empresas, passa basicamente a se expor à violência urbana e se sente realmente muito vulnerável”, explica.

Ele, entretanto, nega a tese de que há uma fascistização generalizada entre setores populares. “É evidente que existe uma relação muito íntima entre a crise e o crescimento da direita, mas eu não diria que existe hoje um processo generalizado de fascistização desses setores populares. O que há é um encontro de uma crise muito aguda ligada ao aumento exponencial do subemprego e do desemprego com uma elevação da violência social urbana que acaba fazendo com que essa massa se incline propriamente para essas soluções”, avalia.

A visão é compartilhada por Tatiana Poggi. “Não acredito que um terço da nossa população seja fascista. Mas dentro de um contexto de crise aprofundada, de descrença nas instituições, de crise de legitimidade, as pessoas ficam em situação de vulnerabilidade tão grande, de fragilização, que acabam apostando nesse tipo de saída. Uma saída salvacionista”, afirma a docente da UFF. “Existe um contexto de crise que torna as pessoas mais suscetíveis a aderir a uma proposta dessas. Ele aposta muito no desespero social, no medo. Isso é fruto do neoliberalismo e da crise política que o Brasil vive”, completa Tatiana.



# Entidades rearticulam Frente Escola sem Mordação e intensificam resistência

Com a ampliação dos ataques aos docentes e técnicos, à liberdade de cátedra e da pressão, no Congresso Nacional, para aprovação do projeto “Escola Sem Partido”, as entidades da educação que compõem a Frente Escola Sem Mordação retomaram a articulação, para intensificar a resistência.

“A rearticulação da Frente tem a ver com esse processo de intensificação dos ataques e da tentativa de votação e aprovação do projeto de lei 7180/14, do “Escola Sem Partido”, a qualquer custo”, contou Raquel Dias, 1ª tesoureira do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do sindicato.

Criada em 2016, a Frente Nacional Escola sem Mordação é uma articulação entre entidades, movimentos sociais e sindicais que surgiu para fazer o enfrentamento aos ataques à Educação Pública e defender os muitos profissionais da educação que, em várias regiões do país, são perseguidos por representantes do movimento “Escola Sem Partido”.

A retomada das atividades da Frente teve início em 11 de julho desse ano, quando o PL 7180/14 voltou a tramitar na Câmara. No dia 12 de julho, foi realizada uma reunião da Frente, na qual foi definida uma agenda de atividades com o objetivo

de reorganizar as entidades. “Vimos a necessidade de ampliar a Frente para além daquelas entidades que já a constituíam, e retomar o diálogo com algumas outras, a exemplo da CNTE, que não estava acompanhando a Frente, porque participava das discussões em outro espaço”, explicou. Na reunião da Frente realizada em 14 de novembro, a CNTE esteve presente, o que foi considerado pela diretora do ANDES-SN “uma vitória importante nesse processo de rearticulação”.

Raquel ressaltou que as atividades da Frente se intensificaram em função dos ataques que os servidores vêm sofrendo, principalmente, no período pós segundo turno. Desde que o PL 7180/14 voltou à pauta, o relatório do deputado Flavinho (PSC/SP) foi colocado em votação cinco vezes.

Os partidos de oposição ao governo conseguiram obstruir a votação por quatro sessões. Na última sessão que foi à pauta, em 22 de novembro, os defensores do projeto conseguiram fazer a leitura do parecer. Com isso, o “Escola sem Partido” avançou mais uma etapa na tramitação na Câmara.

“Eles têm pressa em aprovar o projeto, antes do final do ano. A rearticulação da Frente tem a ver com esse processo de

intensificação dos ataques. Nos reunimos mais de quatro vezes nesse período, constituímos um coletivo jurídico, que elaborou um material com orientações aos professores ameaçados. Além disso, estamos no processo de reformulação do site, com um canal de diálogo com professores. Lançamos também um manifesto de relançamento da Frente, com uma atividade no Congresso Nacional, no dia 5 de dezembro”, detalhou a coordenadora do GTPE do ANDES-SN.

Além dessas atividades, a Frente está elaborando uma campanha de mídia, com cartazes, banners, camisetas, adesivos, entre outros materiais, para que se possa ampliar o diálogo com a sociedade, em defesa da Educação Pública e da liberdade de ensinar e de aprender.

“A retomada dessa Frente é muito importante porque a Educação Pública é a menina dos olhos do mercado educacional para o próximo período”, afirmou a diretora do ANDES-SN. Desde a eleição de Jair Bolsonaro, já foram várias as iniciativas anunciadas, como a cobrança de mensalidade em universidades públicas, ampliação do ensino a distância, ataque às vinculações orçamentárias constitucionais, ataque aos recursos do Pré-Sal, que eram destinados à educação, entre outros.



Em sessão da Comissão Especial da Câmara, que analisava o Projeto do Escola sem Partido, o deputado federal Eder Mauro (PSD/PA) fez gesto com as mãos como se quisesse atirar no dirigente do ANDES-SN, Cláudio Mendonça. Além do gesto intimidador, o parlamentar chamou o professor de “bandido”.



“Para aprovar todas essas medidas, que têm um caráter de privatização do ensino, é muito importante calar e censurar os professores na sua organização e na sua luta. Por isso, o projeto “Escola sem Partido” não está descolado desse projeto de destruição da educação pública”, argumentou Raquel.

## Ataque aos docentes e técnicos

Claudio Mendonça, 2º tesoureiro do ANDES-SN e também da coordenação do GTPE, explicou que os professores e técnicos estão sendo vítimas deste processo, nas diversas escolas e universidades cotidianamente.

“Diante do avanço da extrema direita e das diversas leis que estão sendo apresentadas nos estados e municípios, entendemos que, além das ameaças nos espaços de trabalho e nas redes sociais, as ações irão continuar também no campo político”, observou o diretor do Sindicato Nacional.

Ele ressaltou que, diante deste cenário, o objetivo da Frente não é uma luta somente para dentro dos setores da educação. “É importante dialogar com outras entidades, porque o patamar político que existe hoje pede isso. Precisamos conseguir ampliar o diálogo com a sociedade”, acrescentou.

Ele reforçou ainda a necessidade de garantir a defesa dos professores e téc-



Entidades participam do Relançamento da Frente Escola sem Mordança

nicos, que têm sido atacados. “A nossa tarefa política é defendê-los. Se nós, como sindicatos e entidades que estão ligados aos docentes e técnicos, não tivermos a capacidade de dar uma resposta política a eles, os prejuízos à educação serão extremamente graves”, concluiu.

## O que é a Frente

A Frente Nacional Escola Sem Mordança foi uma iniciativa deliberada no II Encontro Nacional de Educação (II ENE), realizado em Brasília (DF), em junho de 2016. Na primeira

reunião da Frente após seu lançamento, no dia 19 de julho daquele ano, os participantes deliberaram pelo nome oficial desta associação: Frente Nacional Escola Sem Mordança.

## Escola sem partido nos estados

Projetos semelhantes ao Escola Sem Partido já foram apresentados em mais de dez Assembleias Legislativas nos estados e mais de 150 municípios. Para fazer o enfrentamento local, nos últimos dois anos, em vários estados do país, foram lançadas Frentes Estaduais da Escola Sem Mordança.

“A reestruturação da Frente Nacional Escola sem Mordança é muito importante porque nós temos uma série de movimentos sociais que vem combatendo o Escola sem Partido, o coletivo professores contra o Escola sem Partido, o Movimento Educação Democrática, mas a Frente é uma articulação de vários sindicatos, mandatos, seções sindicais e traz uma estrutura, recursos, possibilidade de fusão das informações, que é muito importante. A Frente é o espaço privilegiado para conseguir as articulações, e que tem a capacidade de construir um site que se torne referência, e que distribua informação confiável sobre o tema, e por isso é essencial essa reestruturação.”

Fernando Penna  
– Professor da UFF

“Diante da escalada da ofensiva liberal ultra-conservadora no cenário brasileiro, especialmente no âmbito das políticas educacionais, nossa organização e nossa resistência têm sido um imperativo. Estamos retomando os trabalhos da Frente Nacional Escola sem Mordança com a expectativa de que se some aos trabalhadores da educação e estudantes nas urgentes lutas contra o avanço dos discursos e das ações fascistas que têm buscado modificar os sentidos da educação pública. Não permitiremos que a lógica irracional baseada em fundamentalismos ataque a produção das ciências e o fazer científico na educação. Esperamos que, juntos a outras iniciativas, como a Ação Educação Democrática e as Frentes Estaduais por escolas sem mordança, por exemplo, possamos apresentar à sociedade que os problemas da educação pública estão na base das desigualdades econômicas e sociais. E vamos à luta!”

Luiza Colombo – Representante do Sindiscope-RJ



**ESCOLA SEM  
MORDANÇA**



# “No Brasil, o racismo estrutura a dominação de classe”

IMAGEM: MARCOS MUSSE/PSOL

**H**amilton Moreira de Assis é professor, pedagogo e mestre em Educação. Trabalha na rede municipal de Salvador (BA), como coordenador pedagógico, é coordenador estadual na Bahia da CSP-Conlutas e militante do movimento negro.

Em entrevista ao InformANDES, ele falou sobre a importância de celebrar o dia 20 de novembro e avaliou as perspectivas para a luta do movimento negro, diante da conjuntura posta com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL). Confira.

**Diante da conjuntura, com acirramento do discurso de ódio, do racismo, machismo e lgbtfobia, qual a importância de celebrarmos o 20 de novembro?**

**HAMILTON DE ASSIS:** Nós consideramos que o dia 20 de novembro é uma data importante para a classe trabalhadora e, principalmente, para o povo negro, que representa uma parcela significativa dos que vivem do trabalho. O dia nacional da Consciência Negra representa uma homenagem a Zumbi dos Palmares, mas, sobretudo, a necessidade de afirmar a história do povo negro e toda sua luta na formação da sociedade brasileira. Isso para nós é importante!

Além disso, é um dia em que aproveitamos para fazer o debate sobre a questão do racismo e as suas implicações para o povo negro. Nós consideramos que o racismo é um processo histórico da sociedade escravista, que sobrevive até hoje e que faz com que a classe trabalhadora negra esteja submetida às piores condições de trabalho. É o instrumento que hierarquiza as relações sociais

e que define o lugar do negro no mundo do trabalho. Consideramos que, no Brasil, o racismo é um elemento estruturante da dominação de classe.

**Estamos passando por um processo de retrocesso, de retirada de direitos da classe trabalhadora, que afeta principalmente as mulheres, negros e negras, as parcelas mais exploradas da classe trabalhadora e com uma perspectiva de aprofundamento desses retrocessos. Como você enxerga a possibilidade de políticas públicas direcionadas aos negros e negras no país no próximo período?**

**Hamilton DE ASSIS:** Nós estamos enxergando um próximo período de muita dificuldade. Consideramos que o golpe que a nossa democracia sofreu com o impeachment da presidente Dilma veio no sentido de aprofundar as medidas de precarização das condições de vida e trabalho do povo brasileiro. Principalmente, da classe trabalhadora negra,

que tem sido uma das principais vítimas das políticas de ajustes fiscais implementadas no último período.

A reforma trabalhista, a terceirização, e a PEC do Teto dos Gastos públicos precarizam todo um conjunto de direitos. Em nossa opinião, [esses ataques] promovem uma regressão das pautas de direitos a uma situação próxima ao século XIX, quase próxima às condições em que os trabalhadores estavam submetidos no





pós-abolição.

O avanço do conservadorismo no nosso país, com a vitória de Jair Bolsonaro, tende a aprofundar e a radicalizar a retirada de direitos. Nós consideramos que a Reforma da Previdência é a que mais vai atingir a classe trabalhadora. O trabalhador negro, que vive do trabalho precário e do mercado informal, terá mais dificuldade para reunir condições para se aposentar dentro dos critérios que estão sendo estabelecidos. Primeiro, porque ele não tem estabilidade no emprego. Segundo, porque a reforma trabalhista, que aprovou o trabalho intermitente, vai trazer mais dificuldades para que esse trabalhador possa garantir a sua aposentadoria.

Um dos elementos que temos discutido é o fato desses trabalhadores serem temporários, na grande maioria sem carteira assinada e com um nível de remuneração que quase não os permite pagar a contribuição ao INSS como autônomo. Então, nós consideramos que esse processo vai aprofundar a exclusão desses setores. A aposentadoria, ao ser transformada em responsabilidade individual de cada trabalhador, vai quebrar o principal mecanismo construído historicamente pelos trabalhadores, que levou à construção da legislação previdenciária, que é a solidariedade dentro do processo de contribuição e de repartição. A repartição garante que os trabalhadores, mesmo os que teriam dificuldade para pagar ou contribuir ou que estivessem desempregados, sejam contemplados com a aposentadoria.

A outra questão importante é o aumento de tempo para aposentadoria, especialmente dos trabalhadores rurais. Grande parte dos trabalhos rurais é feita por negros e negras, que vivem em condições extremamente precárias, e que só tiveram direitos incorporados na Constituição de 1988.

Ou seja, desde que foi criada a Previdência, só em 1988 os trabalhadores rurais passam a ser contemplados com esse projeto e, agora, com a Reforma da Previdência eles vão ter os seus direitos precarizados novamente, o que consideramos uma violência muito grande contra esses setores.

***O presidente eleito, Jair Bolsonaro, já declarou a intenção em limitar ou até mesmo eliminar a política de cotas nas universidades públicas. Como você vê esse cenário e também o retrocesso imposto por propostas como o Escola Sem Partido para a luta por direitos, visibilidade e reparação à população negra?***

**Hamilton DE ASSIS:** As leis 10.639/03 e 11.645/08 foram uma das grandes vitórias do movimento negro brasileiro. A política de cotas alterou o cenário da participação e a presença dos negros nas universidades. Isso, para nós, foi um ganho extraordinário. E, nesse momento, essas políticas vêm sendo atacadas. A política de cotas foi uma grande vitória da classe trabalhadora negra, e de todo o povo negro. A educação é uma ferramenta importante não só para uma política de reparação que defendemos, mas, sobretudo, porque nos permite fazer com que a nossa juventude passe a ocupar um espaço de protagonismo e de representatividade social que pode ajudar no processo de se tornar referência para o conjunto do povo negro. Ou seja, ao mesmo tempo em que é uma política de inclusão, também é de afirmação. Na nossa avaliação, o ataque à política de cotas é, sobretudo, um ataque ao direito dessa população, que foi excluída historicamente, de ter afirmada a sua cidadania na sociedade brasileira.

Para nós, qualquer ataque à política de cotas representa um ataque direto às populações negras e pobres, que vinham sendo atendidas no último período por essas políticas.

***Como os movimentos podem se organizar para reagir aos ataques e lutar para defender e até***

***avançar frente à conjuntura que se apresenta?***

**Hamilton DE ASSIS:** Um dos nossos grandes problemas é a forma ainda fragmentada como uma grande parte dos nossos movimentos atua. E eu não me refiro só ao movimento negro, mas ao movimento sindical. É como se as pautas específicas fossem apenas responsabilidade dos setores que são atingidos por elas. Nós precisamos pensar que o ataque que a classe trabalhadora está enfrentando, que o povo negro está enfrentando é um ataque global do Capital, que tenta reestruturar não só o Estado, mas as políticas públicas para tentar encontrar respostas para a crise que ele mesmo tem gerado. [O Capital] tem apontado saídas a partir da precarização e da retirada de direitos da classe trabalhadora, esse é um elemento importante. Precisamos nos organizar no sentido de assegurar uma maior unidade de luta da classe trabalhadora, entre todos os lutadores, compreendendo hoje a necessidade da defesa da democracia e das liberdades democráticas, na tentativa de uma disputa de projeto mais global dentro da nossa sociedade.

A vitória do conservadorismo, representado na figura de Jair Bolsonaro, vai impor limites e obstáculos para o avanço das lutas sociais. Mas a classe trabalhadora, principalmente o povo negro precisa ver esse contexto histórico que está colocado com a inauguração desse novo momento, a partir do novo governo, como uma possibilidade de pautar questões além das específicas. Então, garantir a democratização do Estado, garantir o debate sobre reforma agrária, garantir o debate sobre a dívida pública e pela auditoria da dívida pública que, a nosso ver, é um dos principais problemas enfrentados hoje pelo Brasil, que nos torna dependente do capital internacional. É fundamental unificar as nossas lutas. Eu acho que as nossas pautas específicas ainda estão colocadas, mas é necessário unificar os trabalhadores negros e o conjunto da classe para entender que precisamos fazer disputas mais globais dentro da nossa sociedade.

**As Leis Federais 10.639/03 e a 11.645/08, que obrigam o ensino de História da África, Cultura Afro-brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, são, simbolicamente, uma correção do Estado brasileiro pelo débito histórico com as populações negra e indígena.**

## Em Roraima, criação de campo de refugiados e fechamento de fronteiras preocupa

O recente fluxo imigratório de venezuelanos ao Brasil explicou alguns traços de nossa sociedade. Preconceito, desconfiança, xenofobia vieram à tona e foram estimulados durante o período eleitoral, ganhando expressões ainda mais violentas.

Durante a campanha e após eleito, Jair Bolsonaro (PSL) disse vários absurdos. Entre esses, estão a proposta de fechamento das fronteiras do Brasil e a criação de campos de refugiados. A declaração foi feita, pela primeira vez, em entrevista coletiva no final de agosto.

A visão de Bolsonaro é compartilhada por alguns políticos do estado e foi pauta na eleição local. Aliado de Bolsonaro, Antonio Denarium (PSL) foi eleito tendo como uma de suas plataformas o fechamento das fronteiras e o endurecimento das políticas migratórias, com a criação de um programa de “devolução” de venezuelanos.

Ainda em abril, a atual governadora de Roraima, Suely Campos (PP), entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando o fechamento da fronteira do estado e mais recursos do governo federal. A ministra Rosa Weber, relatora do processo, negou a ação, que deverá voltar à pauta do STF no final deste ano.

### Ausência de políticas

Sem documentação ou com documentos insuficientes para conseguir uma carteira de trabalho, muitos venezuelanos acabam recorrendo à informalidade, ficando sujeitos a todo tipo de explorações laborais. Também encontram dificuldades para acessar serviços públicos, como saúde e educação, a validação de diplomas e com a falta de cursos gratuitos de português. E, para piorar a situação, são vítimas da xenofobia.

France Rodrigues, professora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e coordenadora do Grupo de Estudo Interdisciplinares sobre Fronteiras (Geifron), ressalta que faltam políticas de Estado que tratem a atual situação como algo que pode permanecer por algum tempo. “Não há uma política de fato, mas sim apenas ações pontuais e nem essas sabemos como vão ficar a partir do ano que vem”, comentou.

Doutora em Ciências Sociais, France diz que o tratamento dado para a questão



Adriano Brasil

da imigração é apenas emergencial. A professora cita a operação Acolhida, do governo federal, que tenta minimizar os efeitos imediatos da chegada desse fluxo intenso de imigrantes. No entanto, não há inserção alguma ou acompanhamento dessas pessoas.

“Em termos de política, isso é ainda muito deficitário, porque tanto o governo federal quanto o estadual e o municipal não estão pensando essa migração como algo mais permanente. Têm realizado ações muito esporádicas e temporárias, como se fosse um fluxo em trânsito. Porém, a realidade e a dinâmica dessa migração já provou o contrário. Apesar de muitos estarem voltando para a Venezuela ou indo para outros lugares do Brasil, um número significativo está ficando em Roraima, principalmente pela facilidade de comunicação e acesso ao país de origem, para apoiar os familiares que ali permaneceram”, explicou.

Segundo a docente da UFRR, na ausência do Estado e diante da situação caótica, a sociedade civil organizada tem pensado e realizado ações de apoio aos venezuelanos. “Na UFRR, temos um programa da rede Acolher, de capacitação e formação na língua portuguesa, com certificação. Temos também apoiado o Centro de Referência do Migrante, que presta alguns serviços, como orientação jurídica, regularização migratória, serviços de telefonia para contato com os familiares que permaneceram na Venezuela, ajuda de emergência como cestas básicas, campanhas de arrecadação para roupas, alimentos”, detalhou.

A UFRR tem também um Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Fronteiras que conta com docentes de diversas

áreas, que realizam pesquisa e extensão. O Geifron tem um site (somosmigrantes.org) para proporcionar esclarecimentos e atendimento à população. Além disso, profissionais da área da saúde também têm auxiliado com ações de prevenção e orientação médica.

“Temos trabalhado com muita boa vontade, muito de nós retirando recursos do próprio bolso para implementar essa política. Temos um projeto muito bonito com o pessoal da psicologia, da antropologia e da sociologia, que é uma roda de conversa e apoio psíquico às mulheres migrantes, vítimas de violência. Ou seja, temos muitas ações e muitos trabalhos interessantes, que envolvem professores e alunos e a comunidade em geral, e também a UERR e o IFRR”, contou France.

Para a docente, falta ainda uma unidade maior entre os movimentos sociais e sindicais no sentido de oferecer mais apoio aos imigrantes. “Os atos de xenofobia ainda são muito intensos, embora tenha ocorrido uma refreada depois do processo eleitoral. Mas continuam acontecendo processos de violência, que não chegam a ser notificados às delegacias, porque essas pessoas têm medo. Sem contar o caos que o estado está vivendo com a falta de pagamento de servidores da área de segurança, saúde, entre outros, o que impede, por exemplo, o registro dessas ocorrências”, disse France.

“Precisamos de uma unidade maior dos movimentos para combater essa xenofobia. Fortalecer e ampliar as ações de apoio e de acolhimento, que já vem sendo feitas. Isso talvez pudesse ajudar a minimizar a situação, mas ainda assim não resolveria porque o problema é estrutural”, concluiu.